

(Saudações)

Difícilmente podia ser mais enfático na subscrição que faço do vosso lema para estas jornadas. “Educação, Inclusão e Inovação” são, de facto, um tripé que importa sustentar e harmonizar para que a Educação que entregamos aos nossos cidadãos como Serviço Universal possa ter uma importante robustez e limpidez geométrica; possa ter a qualidade que eles nos exigem e que nós também nos exigimos.

Portugal fez, na Educação, um dos trabalhos democráticos de que mais se pode orgulhar ao longo destes mais de 43 anos de vida em liberdade.

Também na Educação Inclusiva, Portugal fez um dos mais notáveis percursos na Europa, no que se refere à integração de todas as crianças e jovens com deficiência no nosso sistema educativo.

Temos agora que, além da integração, fazer mais pela inclusão destas crianças e destes jovens e trazê-los crescentemente para os mesmos espaços físicos e curriculares em que todos os alunos se inscrevem.

Os alunos com necessidades educativas especiais no lugar de todos os alunos. Naquele que é o seu lugar:

Na Escola de todos e para todos.

Na Escola que deve ser, e é, a sua.

Felizmente não se fez a involução na Educação Especial que, no passado recente, outros destinaram aos alunos ditos mais difíceis, aos alunos com múltiplas reprovações. Faziam isto como se tê-los à parte fosse melhor para não incomodarem.

Ora, não pode ser!

Da mesma forma que não podemos arrumar os alunos que reprovam em cursos que de vocacionais só têm o nome; também não podemos – como ainda ontem me dizia uma mãe numa iniciativa de perguntas e respostas que fiz nas redes sociais – pôr as meninas e os meninos (assim dizia) com necessidades educativas especiais noutro lugar pedagógico, ou escolar, diferente do lugar de todos.

Se na sociedade não toleramos cidadãos de primeira e cidadãos de segunda, se convocamos todos para respondermos em conjunto aos desafios que, como comunidade, enfrentamos com sucesso; também na Educação, na tal Escola que é de todos, temos de ter uma resposta que só pode ser inclusiva.

Temos como obrigação providenciar um Serviço Nacional de Educação competente, abrangente e vocacionado em

ensinar a cada um, conforme as diferenças que inevitavelmente caracterizam cada um de nós, adotando o melhor modelo para que ele possa melhor aprender.

A construir, a revelar e a emancipar em cada um todo o seu potencial de aprendizagem.

A incluirmos todos, não unificando ninguém.

Uma comunidade é isto mesmo.

Não uma composição homogénea.

Não uma soma das partes.

Mas antes algo que - por ser a mesma coisa sendo distinto - acrescenta valor a cada um de nós e transporta esse valor para o que conseguirmos juntos.

Este princípio – e a política, tal como a vida, também se faz, e muito, de bons princípios – quer dizer algo muito concreto. Significa que todos os alunos, mas mesmo todos, têm um lugar para si, um lugar que é o seu - na Escola pública.

Todos os alunos têm um direito fundamental à sua plena inclusão em ambiente escolar, ao lado dos demais, simultaneamente seus semelhantes e seus dissemelhantes. Para que todos possam conviver com a diferença e aprender a valorizá-la.

Mais do que avaliar todos pela mesma bitola, a exigente missão da Escola é aplicar a medida de sucesso que faz sentido para cada um dos seus alunos.

Sucesso quer dizer aprender o máximo que cada um pode aprender. Não significa, certamente, aprenderem todos o mesmo e da mesma forma.

Mas significa, certamente, aprenderem juntos.

Este é o desafio maior da Escola do Século XXI. Agregar e diferenciar.

Agregar o potencial de todos em algo maior e diferenciar o potencial que cada um realiza, emancipando-o para a sua vida futura.

Temos, ainda um caminho importante a percorrer para que assim suceda.

Por ser Portugal, ainda, um país com baixas taxas de inclusão dos alunos no sistema educativo; por ainda subsistirem nas escolas um número significativo de jovens com necessidades específicas, em espaços físicos ou curriculares segregados, começámos já a fazer o que tem de ser feito.

Existe neste momento uma proposta interministerial – largamente enriquecida com contributos de diversas entidades com uma palavra importante a dizer sobre o desenho destas políticas públicas – de revisão do quadro legal em vigor, de modo a criar condições que permitam dar passos no caminho da construção de uma escola progressivamente mais inclusiva e assim ir ao encontro das

recomendações internacionais feitas pelas Nações Unidas e por peritos educativos.

Esta proposta será, agora, certamente beneficiada por muitos dos Vossos contributos, mas apresenta já um corpo sólido para tornar robusto o caminho da progressiva inclusão de todos na Escola.

À anterior categorização dos alunos, respondemos com um estabelecimento de resposta contínuas, de forma a que cada aluno aprenda até à exata fronteira de todo o seu potencial, expandindo-a naturalmente enquanto aprende.

Para isso contará com a ajuda empenhada e insubstituível dos seus professores, através da construção de processos pedagógicos que removam efetivamente as barreiras à aprendizagem que surjam no percurso educativo dos seus alunos, construindo respostas educativas e não a fixação de categorias de educação.

Isto faz-se com a constituição de equipas docentes multidisciplinares em cada agrupamento, numa identificação precoce das necessidades de aprendizagem dos alunos e, conseqüentemente, num planeamento atempado de respostas de ensino e na sua monitorização e redefinição constante até à saída da Escolaridade Obrigatória.

Há realmente um sentido comum nesta proposta, que se integra no sentido holístico do Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória, e na promoção da flexibilidade curricular que assumimos.

Acreditamos que esta coerência e o envolvimento de toda comunidade como protagonistas executores desta estratégia é, realmente, a chave para que a missão que plasmámos no Programa do Governo seja efetivamente alcançada: falo-vos, claro, da conquista de “uma Escola de Qualidade para Todos”.

E todos, é todos.

Porque não há Educação de sucesso se não for dotada da equidade de que não abdicamos.

Porque sem equidade jamais alcançaremos a educação a que todos têm – a que todos temos – direito.

Porque o lugar dos nossos alunos é nas nossas escolas.

A Escola pública é um lugar de inclusão e não um lugar de segregação, e as Escolas de uns são as Escolas dos outros.

Este trabalho, para ser agora bem conseguido, precisa de todos nós.

Só trabalhando assim, em conjunto, poderemos garantir que a inclusão não seja sentida como imposta, mas antes – e como deve ser – sentida, percebida e adotada, não só como natural, mas também como um valor acrescentado que as Escolas e as Comunidades Educativas não dispensam, porque as enriquecem.

Uma Escola inclusiva é, efetivamente, uma escola melhor.
É uma Escola Universal, justamente porque não deixa
nenhum aluno de fora.

É no cumprimento desta ambição que todos estamos
empenhados.

É nesse cumprimento que conto – que contamos – com
todos vós e é para ele que peço que contem sempre
connosco.

Bem hajam por isso!

Muito obrigado!

Tiago Brandão Rodrigues

Ministro da Educação

6 de julho de 2017